



**A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR À DISTÂNCIA NA UFPI NO
CONTEXTO DA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL**

**THE EXPANSION OF HIGHER EDUCATION AT DISTANCE IN UFPI IN THE
CONTEXT OF THE PUBLIC POLICY OF HIGHER EDUCATION IN BRAZIL**

Daniella Mara Leal Ferreira De Carvalho

Faculdade Evangélica Do Meio Norte - Faeme

RESUMO:

O presente trabalho tem como objetivo debater a política pública de Educação Superior à Distância no Brasil, tendo como foco primordial a expansão ocorrida na Universidade Federal do Piauí (UFPI). A pesquisa foi realizada a partir de revisão bibliográfica de literatura pertinente ao tema e análise documental. Constatou-se que a Educação Superior a Distância (ESaD) expandiu-se significativamente a partir de 2005, atendendo a parcela significativa da demanda existente. Na UFPI observamos que a ESaD possibilitou a interiorização na oferta de cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu*. Portanto, a Educação Superior a Distância representa uma nova etapa da Educação Superior no país, proporcionando maior inclusão social.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Superior à Distância. Expansão. UFPI.

ABSTRACT: This study aims to discuss the public policy of Higher Distance Education in Brazil, focusing primarily on the expansion at the Federal University of Piauí (UFPI). The research was carried out based on bibliographic review of relevant literature and documental analysis. It was verified that Higher Distance Education (ESaD) expanded significantly from 2005, taking into account the significant portion of existing demand. At the UFPI, we observed that ESaD made it possible to internalize the offer of undergraduate and post-graduate courses. Therefore, Higher Distance Education represents a new stage of Higher Education in the country, providing greater social inclusion.

KEY WORDS: Higher Distance Education. Expansion. UFPI.

1 INTRODUÇÃO

Os avanços tecnológicos ocorridos na segunda metade do século XX, com ritmo ainda mais acelerado a partir dos anos de 1990, elevaram as exigências no campo educacional. Com o desenvolvimento de novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) surgiram novas modalidades de Educação à Distância, tendo como base as novas TICs. A rede internet representa o ápice dessa nova conjuntura. Neste contexto, a partir do início



deste século, a Educação Superior no Brasil passou a vivenciar um processo de expansão, absorvendo parcela significativa da demanda reprimida, ou seja, daquelas pessoas aptas a ingressarem no nível superior e que não tinham oportunidade por falta da oferta de vagas.

A massificação das TICs pelos recantos do país e atingindo diversos segmentos da sociedade possibilitou à Educação Superior à Distância (ESaD) ampliar-se significativamente. Isso exigiu a adoção de instrumentos regulamentadores por parte do Estado e a adoção de políticas públicas que pudessem contribuir para superar o duplo desafio de ampliar o acesso e possibilitar uma formação qualificada na educação superior no país. Entretanto, ciente da complexidade da temática, o foco do presente estudo limitou-se às questões relacionadas à expansão da oferta, especificamente no caso da Educação Superior à Distância (ESaD).

No âmbito do Governo Federal surgiu uma série de programas com o objetivo de ampliar o acesso à Educação Superior, tendo as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas papel relevante na inclusão educacional, por meio da Educação Superior à Distância, inserida como política pública com perspectiva de uma formação acadêmica que possa proporcionar maior inclusão social, garantindo o direito ao acesso à educação e como possibilidade de diminuição das desigualdades sociais.

Com efeito, o presente trabalho teve como objetivo central discutir sobre a política pública de expansão da Educação Superior à Distância no Brasil, focando a ampliação da oferta de cursos na UFPI, através do Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD/UFPI), especialmente a partir de 2005. Metodologicamente a pesquisa foi desenvolvida através de pesquisa teórica e documental, seguida de tabulação e análise dos dados coletados. Partindo destas considerações iniciais, o trabalho é seguido de duas seções básicas. Em um primeiro momento são apresentados os mecanismos de institucionalização da política pública de Educação Superior à Distância no Brasil e em seguida será discutido o processo de expansão dessa modalidade de educação pela Universidade Federal do Piauí.

2 INSTITUCIONALIZAÇÃO E EXPANSÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR À DISTÂNCIA NO BRASIL

No Brasil a regulamentação da Educação Superior à Distância (ESaD) se inicia a partir de 1996, com a publicação da Lei nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), quando as bases legais para a Educação a Distância no Brasil são estabelecidas. Segundo Maia & Vidal (2010, p. 15) “Em 1996 aparecem os primeiros cursos

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



de mestrado oferecidos com uso de videoconferências, na Universidade Federal de Santa Catarina [...]”. Neste contexto, passa a ocorrer o “desenvolvimento de metodologias próprias para formatar e imprimir material impresso; a criação de estrutura técnica e de recursos humanos para apoio a atividades de multimídia e a concepção de uma logística para oferta de curso EAD em escala nacional” (MAIA & VIDAL, 2010, p. 15).

A LDB/1996 marca uma nova fase da EaD, tendo esta sido regulamentada através do Decreto nº 5.622/2005, com o objetivo de atender a um novo contexto do desenvolvimento tecnológico. A regulamentação legal, aliada aos avanços tecnológicos, proporcionou uma expansão substancial na ESaD. No ano 2000 foi criada a “Rede de Educação Superior a Distância, por meio de um consórcio reunindo 70 instituições públicas do Brasil comprometidas na democratização do acesso à educação de qualidade, por meio da Educação a Distância, oferecendo cursos de graduação, pós-graduação e extensão” (ALVES, 2011, p. 89). Portanto, configura-se uma nova política pública nesta área.

Para Alves (2011, p. 89), em 2004, o Governo Federal criou “vários programas para a formação inicial e continuada de professores da rede pública, por meio da EAD implantados pelo MEC em parceria com estados e municípios; integrando cursos, pesquisas e programas de educação superior a distância”. Isso possibilitou, em 2005, a institucionalização da Universidade Aberta do Brasil (UAB), a qual se configura como

[...] um sistema instituído pelo Ministério da Educação (MEC), com apoio do Fórum das Estatais pela Educação e da Associação dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino (ANDIFES), que tem como objetivo principal ofertar cursos e programas de Educação Superior a Distância, prioritariamente nos âmbitos da formação inicial e continuada de professores, em parceria com as Universidades Públicas, Institutos Federais, prefeituras municipais e governos estaduais (CARDOSO, 2016, p. 167).

Portanto, a Universidade Aberta do Brasil veio reforçar o processo de expansão da Educação Superior à Distância em curso no país, calcado em novas TICs. Cumpre destacar que desde os primeiros anos deste século já se ampliava a oferta da ESaD, principalmente nos cursos de graduação. Porém a política pública de Educação Superior à Distância no país foi instituída com a regulamentação e a criação do projeto UAB, criado pelo MEC em 2005, buscando articular e integrar um sistema nacional de Educação Superior, como forma de ampliar o acesso ao ensino superior público gratuito e de qualidade junto aos municípios para atender à forte demanda reprimida (MOTA, 2007).

O conceito de Educação a Distância no Brasil está definido oficialmente no artigo 1º Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005 como sendo a “modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação”, sendo que “estudantes e professores” estarão “desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos”. Da mesma forma, dispõe que a EaD “organiza-se segundo metodologia, gestão e avaliação peculiares, para as quais deverá está prevista a obrigatoriedade de momentos presenciais”. Com efeito, na verdade, trata-se de um sistema de educação “semipresencial”.

Concomitante às medidas normativas foram adotadas ações práticas no sentido da ampliação da ESaD, principalmente por meio da UAB, surgida no âmbito do MEC como iniciativa que tem como objetivo primordial a inclusão social e educacional por meio da oferta de Educação Superior à Distância. Ciente de que as Universidades Federais enfrentam uma série de limitações para ampliar a oferta de vagas na modalidade presencial, “o MEC viu na UAB a possibilidade de democratizar, expandir e interiorizar o ensino superior público e gratuito no país, com apoio da educação à distância e a incorporação de novas metodologias de ensino, especialmente o uso de tecnologias digitais” (MAIA & VIDAL, 2010, p.17).

É imperioso destacar que em 2007 foi aprovada e sancionada a Lei nº 11.502, que estabelece, no ensino público, o “uso conjugado do ensino presencial e a distância em cursos para a formação inicial de profissionais do magistério, e neste caso, a educação a distância é apontada como modalidade preferencial para a formação continuada de professores” (MAIA & VIDAL, 2010, p.18). Portanto, inicialmente, um aspecto relevante da ESaD foi o seu direcionamento na ampliação da formação acadêmica de profissionais para o magistério.

A ESaD ganhou força a partir do momento em que foi regulamentada e inserida na Política Nacional de Educação, em consonância com os avanços das tecnologias de informação e comunicação. Foram definidas as exigências para as instituições que pretendessem ofertar cursos de Educação a Distância, especialmente em nível de graduação. Um aspecto relevante constatado foi o aumento substancial no número de cursos de graduação à distância, que ampliou significativamente, saltando de 189, em 2005, para 2.373 no ano de 2014. Da mesma forma, isso ocorreu com a ampliação do número de novas matrículas nos cursos de graduação, como se pode notar tabela seguinte.

Tabela 01 – Novas matrículas na graduação à distância de 2003 a 2013

ANO	Total de novas matrículas
2003	49.911
2005	114.642
2007	369.766

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



2008	727.961
2010	930.179
2012	1.113.850
2013	1.573.573

Fonte: https://www.ifsudestemg.edu.br/sites/default/files/Balan%C3%A7o%20social%20SESu_2003-2014_para%20publica%C3%A7%C3%A3o.pdf

O aumento de novas matrículas nos cursos de graduação à distância no período de 2003 a 2013, de aproximadamente 50 (cinquenta mil) para mais de 1.500.000 (um milhão e meio), conforme exposto na tabela 01, por si só, demonstra cabalmente o expansionismo que tem ocorrido na ESaD no país nos últimos anos. Pelos dados gerais nota-se que a Educação Superior à Distância no Brasil tem ampliado em vários aspectos: número de instituições e de cursos ofertados, novas matrículas, modalidades de cursos, alunos concluintes, entre outros. Os dados mais recentes do MEC apontam que essa expansão do Ensino Superior a Distância continuou crescente nos anos 2014 e 2015. Pode-se considerar o período de 2005 a 2015 como sendo a década da Educação a Distância no Brasil, mesmo não se analisando detalhadamente a questão da qualidade, que poderia ser objeto de um estudo específico.

A ESaD vivenciou uma verdadeira transformação, consolidando-se como real alternativa de formação em nível de educação superior. As exigências do mercado de trabalho impõe a necessidade de aperfeiçoamento, sendo a Educação à Distância, devido à flexibilidade que proporciona ao educando, um caminho realmente possibilitador para elevar o conhecimento, especialmente em nível de graduação. A questão da qualidade da ESaD inicia com o processo de regulamentação, sendo que o Ministério da Educação (MEC), ao tratar dos referenciais de qualidade para Educação Superior a Distância, por meio da Secretaria de Educação a Distância estabelece que

Devido à complexidade e à necessidade de uma abordagem sistêmica, referenciais de qualidade para projetos de cursos na modalidade a distância devem compreender categorias que envolvem, fundamentalmente, aspectos pedagógicos, recursos humanos e infraestrutura. Para dar conta destas dimensões, devem estar integralmente expressos no Projeto Político Pedagógico de um curso na modalidade a distância os seguintes tópicos principais: (i) Concepção de educação e currículo no processo de Ensino e aprendizagem; (ii) Sistemas de Comunicação; (iii) Material didático; (iv) Avaliação; (v) Equipe multidisciplinar; (vi) Infraestrutura de apoio; (vii) Gestão Acadêmico-Administrativa; (viii) Sustentabilidade financeira (BRASIL, 2007, p. 49).

Fica evidente a preocupação do MEC com a questão da qualidade da Educação Superior a Distância, iniciando-se com as exigências que são estabelecidas para a formatação



do Projeto Político Pedagógico, uma vez que este “deve estar apoiado em uma filosofia de aprendizagem que proporcione aos estudantes a oportunidade de interagir, de desenvolver projetos compartilhados, de reconhecer e respeitar diferentes culturas e de construir o conhecimento” (BRASIL, 2007, p. 9). Assim, as bases para a consolidação da ESaD encontram-se assentadas no plano jurídico-legal e pedagógico-metodológico. Portanto, consolidou-se enquanto política pública de inclusão social na educação superior no país.

Não cabe, neste momento, ampliar o debate sobre a questão de análise dos aspectos relacionados à qualidade da Educação Superior a Distância, uma vez que não é o foco central desse trabalho, porém talvez esse seja um dos maiores desafios a serem enfrentados, ao mesmo tempo em que ocorre um verdadeiro expansionismo dessa modalidade de educação, como já foi demonstrado anteriormente. É nessa perspectiva que as políticas públicas de ESaD vem ocorrendo no Brasil, especialmente por meio das Universidades Federais, sendo que a Universidade Federal do Piauí (UFPI) se insere neste contexto.

3 A EDUCAÇÃO SUPERIOR À DISTÂNCIA NA UFPI: MECANISMO DE EXPANSÃO E INCLUSÃO SOCIAL

O surgimento da Educação Superior a Distância na Universidade Federal do Piauí (UFPI) rompe com a lógica de concentração de cursos em Teresina-PI e posterior oferta de educação presencial nos municípios de Parnaíba-PI, Picos-PI, Floriano-PI e Bom Jesus-PI. Esse processo inicia-se com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de 2005-2009 da UFPI no contexto de expansão da Educação Superior à Distância no Brasil enquanto política pública de garantia de acesso a esse nível educacional.

Sempre alinhada com os avanços tecnológicos, a UFPI previu em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de 2005-2009 a implantação de novas formas de ensino, pautadas nas tecnologias disponíveis. Dessa forma, com o advento das ferramentas tecnológicas, especialmente nas áreas de informação e comunicação, que tornara a educação a distância realidade em diversas instituições de ensino no Brasil, a UFPI foi credenciada para ofertar cursos também na modalidade a distância pela Portaria MEC nº 867, de 07 de abril de 2006, e isto marcou o início oficial de uma nova era de atividades de ensino, cheio de desafios, descobertas e muito aprendizado (CARDOSO, 2016, p. 166).

O processo de implantação da ESaD na Universidade Federal do Piauí surgiu no final do ano de 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, quando da publicação pelo MEC/SEED do Edital nº 01, de 16 de dezembro de 2005, para a oferta do curso de Bacharelado em Administração, como “Projeto Piloto”, por meio da Universidade Aberta do

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



Brasil (UAB), tendo como instituições parceiras o Banco do Brasil, a Universidade Estadual do Piauí (UESPI), o Instituto Federal de Educação e Tecnologia (IFPI) e o Governo do Estado/Secretaria Estadual de Educação (CARDOSO, 2016). A parceria possibilitou a oferta do curso onde não havia campus da UFPI, superando o desafio quanto à inexistência de estrutura física própria. Inicialmente foram ofertadas 500 vagas nos polos de Teresina, Parnaíba, Picos, Floriano, Bom Jesus, Esperantina, Piripiri e São Raimundo Nonato. O curso marcou o início de uma nova era na Educação Superior na UFPI.

A realização do “Projeto Piloto” foi de fundamental importância para iniciar o processo de implantação da Educação Superior a Distância na Universidade Federal do Piauí. Com o apoio do Governo Federal, em 2006, a UFPI implantou o Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD/UFPI), inserindo-se no Sistema da Universidade Aberta do Brasil, com o objetivo de oferecer educação gratuita e de qualidade à população piauiense e de criar cursos que atendam às necessidades socioeconômicas de cada região. A proposta inicial era a formação de professores da educação básica, tanto inicial quanto continuada.

A expansão da Educação Superior à Distância na UFPI passa a ocorrer nos anos seguintes com a publicação de diversos editais ofertando tanto cursos de graduação, quanto em nível de pós-graduação *lato sensu*, em vários polos implantados de forma consorciada com o Governo do Estado/Secretaria Estadual de Educação/Universidade Estadual do Piauí e Municípios, proporcionando uma nova fase de inclusão social no nível educacional superior.

A institucionalização do CEAD/UFPI somente veio a ocorrer em 2013, com a publicação no Diário Oficial da União, da Portaria nº 97, do dia 5 de março de 2013, pelo Ministério da Educação/Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, promovendo alterações propostas o Estatuto da Universidade Federal do Piauí, aprovadas pelo Conselho Universitário (CONSUN), por meio das Resoluções nº 41, de 09-04-2008 e nº 003, de 14-04-2009. Portanto, a Educação Superior a Distância na UFPI impôs a necessidade de alterações na estrutura organizacional e administrativa, resultando na sua institucionalização.

Vale destacar que, no caso das instituições públicas, para ofertar os cursos de Educação à Distância torna-se necessário participar do Sistema Universidade Aberta do Brasil, o qual é fomentado pelo Ministério da Educação por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Inserida nesse processo, a UFPI vem expandindo a Educação Superior à Distância desde 2005, por meio da publicação de processos seletivos para ingresso em novos cursos de graduação e pós-graduação, sendo realizadas para os polos existentes, bem como para os novos polos implantados. Os Editais de seleção publicados ofertaram vagas para cursos de

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



licenciaturas e bacharelados. No ano de 2007, foi aberto o Edital nº 1 do MEC/SEED, com um processo seletivo específico para a Educação à Distância em nível de graduação ofertando 2.550 vagas, com a criação de 8 novos cursos, momento em que foi ampliada a implantação em 15 novos polos. A oferta de vagas privilegiou os cursos de licenciatura, em consonância com os objetivos estabelecidos na proposta preceituada no Decreto nº 5.622/2005, que tem como foco a interiorização do Ensino Superior, buscando atender principalmente à demanda acadêmica para formação inicial e continuada de professores em um primeiro momento.

No processo de expansão da oferta de cursos de graduação na modalidade à distância, no ano de 2009, a UFPI aderiu ao Programa Nacional de Administração Pública (PNAP), vinculado à UAB. Com isso, foram ofertadas 490 vagas no curso de Bacharelado em Administração Pública e mais 230 vagas para pós-graduação *lato sensu* em Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde. No mesmo ano foi realizado um vestibular com 2.681 vagas distribuídas em 15 novos polos nos cursos de graduação já existentes.

A expansão da ESaD na UFPI expressa uma nova realidade educacional vivenciada no país, buscando superar o desafio de sanar um atraso social de séculos de exclusão nesse nível educacional. Os programas e políticas públicas apresentadas possibilitam que, de fato, essa expansão se concretize, proporcionando maior inclusão social. A ampliação do número de polos demonstra que a ampliação da oferta da ESaD realizada pela UFPI consolida o processo de expansão, combinando o uso das novas TICs com metodologias de ensino-aprendizagem adequadas. Neste contexto, um dos grandes desafios é, além de promover a oferta, manter bons níveis de qualidade na formação educacional, o que requereria uma análise mais profunda sobre a questão, não sendo objeto e nem possível neste trabalho inicial sobre o tema.

Em 2014 a UFPI lançou o Edital nº 06/2014, realizando novo processo seletivo específico para a Educação à Distância, para o preenchimento de 6.825 vagas oferecidas em 15 (quinze) cursos de graduação em 33 (trinta e três) polos da Universidade Aberta do Brasil - UAB. Isso comprova o processo de expansão da Educação Superior à Distância na UFPI, que até o ano de 2015 estava presente em 35 polos, sendo 33 no Piauí e 02 na Bahia, ofertando um total de 15 cursos de graduação e diversas pós-graduações *lato sensu*.

Tabela 02 – Vagas, polos e cursos de graduação à distância na UFPI no período 2005/2015

ANO	Total de vagas ofertadas	Quantidade de polos	Total de cursos
2005	500	8	1

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



2007	2.550	15	8
2009	3.171	15	9
2014	6.825	33	15

Fonte: Coordenadoria Adjunta/UAB – 2016

Nota: Dados trabalhados pela autora.

Portanto, como se pode observar, no período de 2005 a 2015 ocorreu um processo de expansão que consolidou a Educação Superior à Distância, ofertada por meio de instituição pública, como uma real alternativa de garantia de acesso ao nível de educação superior. É interessante destacar que a organização da distribuição dos cursos da ESaD na UFPI em polos regionais tem como objetivo atingir o máximo de demanda, em consonância com a realidade apresentada pelos parceiros, principalmente Governo do Estado e Municípios. Além disso, no período de 2014-2015 foram ofertadas 3.216 vagas, em 17 cursos de pós-graduação *lato sensu*, contemplando 31 polos. O mapa a seguir apresenta uma visão mais geográfica da distribuição espacial dos polos presenciais de apoio a Educação à Distância no Piauí.

Mapa 01 - Distribuição geográfica de polos de EAD/UFPI no Piauí



Fonte: Disponibilizado pela Coordenadoria Adjunta/UAB - 2016

Como se pode observar no mapa, a Educação Superior à Distância, promovida através do CEAD/UFPI, atinge atualmente as diversas regiões do Estado do Piauí, possibilitando, inclusive àquelas pessoas que vivem em pequenos municípios, o acesso a essa modalidade

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



educacional em nível elevado de ensino sem a necessidade de deslocamentos para os maiores centros urbanos. Entretanto, isso não seria possível sem os avanços ocorridos no campo das Tecnologias da Informação e das Comunicações (TICs).

Acrescente-se que a expansão da Educação Superior à Distância na UFPI, fomentada pelo Ministério da Educação, por meio de termos de cooperações técnicas e/ou convênios firmados entre a CAPES, através da UAB, Governo do Estado do Piauí/Secretaria Estadual de Educação e Prefeituras Municipais, diminui significativamente os investimentos necessários à construção de estruturas físicas para implantação dos cursos de Educação Superior e a custos operacionais, especialmente com pessoal, pois estes são sensivelmente menores que na educação presencial, já que o quadro docente na ESaD é composto de professores formadores e tutores presenciais e a distância, que recebem apenas bolsas pagas pela CAPES e sem custos previdenciários. Os tutores presenciais e a distância, por exemplo, atualmente percebem, por mês, valor inferior ao salário mínimo nacional.

De acordo com os dados atuais do SisUAB (Sistema Universidade Aberta do Brasil), disponibilizados pela Coordenadoria Adjunta/UAB/UFPI, em 2016 existiam 10.344 alunos ativos na UFPI matriculados em ESaD, distribuídos em 15 cursos de graduação com 7.775 alunos em licenciaturas e bacharelados) 2.569 alunos em 15 polos cursando pós-graduação *lato sensu*. Como os encontros presenciais ocorrem normalmente de 15 em 15 dias e nos finais de semana. Isso contribui para que pessoas que já estejam no mercado de trabalho possam concluir o curso de forma mais conciliadora com outras atividades pessoais.

4 CONCLUSÃO

Ao tratarmos da educação no seu aspecto formal-institucional existem regras a serem cumpridas, estruturas e metodologias de ensino-aprendizagem. São necessários instrumentos tecnológicos. Torna-se crucial que saibamos conhecer e se apropriar das técnicas e tenhamos uma didática adequada. No caso da Educação Superior, o trabalho se torna mais exigente, principalmente em se tratando da Educação Superior à Distância, com uso intensificado das novas Tecnologias da Informação e da Comunicação, predominantes e indispensáveis na sua configuração atual. Nesse contexto, notamos que a EaD exige não apenas novas tecnologias, mas também conhecimento técnico apropriado de manuseio destas e novas metodologias de ensino-aprendizagem, tornando a formação docente continuada um desafio permanente.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



A ampliação do acesso a Educação Superior a Distância no Brasil recente, como apontam claramente os dados oficiais, coloca-se como uma “porta de entrada” para milhões de pessoas que sonham em concluir um curso em nível mais elevado de ensino, principalmente na perspectiva voltada para o mercado de trabalho.

Diante dos avanços significativos no campo da expansão da EaD no Brasil voltada especificamente para a Educação Superior, mesmo havendo regulamentações por parte do Ministério da Educação, certamente um dos maiores desafios será garantir a qualidade do ensino-aprendizagem. Porém, mergulhar nesse cenário exige estudos comparativos criteriosos e detalhados. Por isso, o foco dessa pesquisa prendeu-se mais a uma “análise qualitativa” da quantidade, ou seja, da expansão substancial no número de instituições, cursos, matrículas e alunos. Os dados oficiais são incontestes na comprovação desse processo.

Não há como negar que em realidade a Educação Superior à Distância no Brasil atual caminha a passos largos. Entretanto, essa caminhada não pode ser descuidada da questão da qualidade do ensino-aprendizagem, pois diante do cenário atual não basta apenas que as pessoas concluam um curso em nível superior, torna-se também indispensável que possam atuar de forma competente no seu campo do saber, já que vivenciamos uma verdadeira “era do conhecimento”, que requer um saber-fazer significativo no circuito da produção e da pesquisa científica, importante para retroalimentar o círculo virtuoso da educação.

Os resultados desse estudo apontam para a expansão e consolidação da Educação Superior à Distância, por meio de políticas de acesso a programas governamentais de implantação de suas estruturas tecnológicas e humanas. Vale ressaltar que os resultados da ESaD apresentam-se positivos e promissores, atingindo seu objetivo maior, interiorização da Educação Superior, tendo como resultados melhorias nos níveis sociais e educacionais.

Ao analisarmos o processo de implantação da Educação Superior à Distância na UFPI no período de 2005 a 2015, através do CEAD, observamos ganhos consideráveis no que diz respeito ao acesso possibilitado pela expansão na oferta de cursos de graduação, contribuindo para transpor barreiras antes impostas, principalmente às pessoas mais distantes dos principais centros urbanos. A chegada da Educação Superior na vida desses atores, proporcionada pela EaD, além de elevar o nível acadêmico, poderá resultar em melhores ocupações de trabalho e na qualidade de vida da população envolvida nesse processo.

Por fim, diante do constatado pela pesquisa observa-se que estamos caminhando em um processo irreversível no que se refere à expansão da ESaD, principalmente em decorrência da existência de uma demanda por vagas em cursos de graduação ainda bastante elevada, elevação dos baixos índices de Educação Superior no país, levando-nos a acreditar que,

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



mesmo no contexto de “contrarreformas”, estamos diante de um cenário nunca antes observado no campo da Educação Superior, com as variadas possibilidades de acesso a esse nível de educação, podendo a EaD ser um caminho possibilitador de um processo que poderá resultar em ganhos significativos para o desenvolvimento econômico, social, político e cultural do país, sendo a UFPI uma das IES que está contribuindo para essa realidade.

REFERÊNCIAS

ALVES, Lucineia. EAD. Artigo_07. **Conceitos. Associação Brasileira de Educação a Distância.** Volume 10 – 2011. Disponível em:

http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/2011/Artigo_07.pdf. Acesso em 16 de janeiro de 2018.

BRASIL. **Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005.** Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5622.htm. Acesso em 16 de janeiro de 2018.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 18 de janeiro de 2018.

_____. **Lei nº 11.502, de 11 de julho de 2007.** Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11502.htm. Acesso em 18 de janeiro de 2018.

_____. **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. A democratização e expansão da educação superior no país 2003-2014** (p. 22) apud Censo da Educação Superior - Inep/Mec. Dados Disponíveis em: https://www.ifsudestemg.edu.br/sites/default/files/Balan%C3%A7o%20social%20SESu_2003-2014_para%20publica%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em 18 de janeiro de 2018.

CARDOSO, Liana Rosa Brito. SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL: 10 anos de EaD na Universidade Federal do Piauí, *In*: SOUZA JÚNIOR, Arnaldo Oliveira;

LACERDA, Naziozênio Antônio; OLIVEIRA, Sandra Suely (Orgs.). **Educação a Distância: midiatização, formação e saberes.** 1. Ed Curitiba, PR: CRV, 2016.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



MAIA, José Everardo Bessa & VIDAL, Eloísa Maia. **Introdução à Educação a Distância.**

Disponível em: <http://www.fe.unb.br/catedraunescoead/areas/menu/publicacoes/livros-de-interesse-na-area-de-tics-na-educacao/introducao-a-educacao-a-distancia>. Acesso em 18 de janeiro de 2018.

MOTA, Ronaldo. **Universidade Aberta do Brasil.** Disponível em:

<http://www.abraead.com.br/anuario/anuario2007.pdf>. Acesso em 18 de janeiro de 2018.